

POPULAR GESTÃO
DE ACTIVOS, S.A. |

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
1ºSemestre 2018

do

Popular Global 5
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Fundo Harmonizado

16 de Agosto de 2018

Relatório de Gestão

Enquadramento Macro-económico

O mês de Janeiro ficou marcado pelos dados macroeconómicos, quer na Europa, quer nos EUA, pela reunião da FED e a promulgação da reforma fiscal nos EUA. Na Europa as minutas da última reunião do BCE revelaram abertura para que a instituição ajustasse a sua comunicação para sinalizar uma retirada do programa de compra de ativos de forma mais rápida do que o previsto, o que levou a um disparo das "yields", do Euro e do setor bancário. O sector bancário em Itália viu o stock de "bad loans" contrair em termos homólogos, (-6,4%) em Novembro, um ritmo superior ao registado em Outubro (-5,5%), o que impulsionou ainda mais os bancos italianos. Os dados preliminares apontavam para um crescimento sequencial de 0,6% do PIB da Zona Euro no último trimestre do ano (vs. +0,7% no 3º trimestre). Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7% e posicionou a região para o melhor crescimento desde 2008 (+2,5% em 2017). Já a inflação na Zona Euro desceu 10 pontos base para 1,3% em Janeiro, atingindo o nível mais baixo desde Dezembro de 2016. Com este valor a inflação afastou-se ainda mais da meta dos 2%/ano que o BCE pretende. Em Portugal a Impresa anunciou a alienação do negócio de revistas à sociedade Trust in News, tendo o encaixe sido de € 10,2 milhões. A ANACOM, em comunicado, informou os CTT que estes vão estar obrigados ao cumprimento de um conjunto de 24 indicadores de qualidade de serviço, que anteriormente era medida apenas através de 11 indicadores. Posteriormente, a empresa anunciou um plano estratégico para revitalizar o seu negócio, que incluiu o corte de 800 postos de trabalho em 3 anos (11% do total) e a redução das remunerações da administração entre 25% a 15%. Nos EUA, Donald Trump promulgou a reforma fiscal dos EUA, a mais ambiciosa em 30 anos, no valor de 1,5 biliões de dólares, que passou a lei. Este plano inclui uma redução do IRC de 35% para 21% e um grande corte do IRS para os contribuintes mais ricos, bem como cortes temporários de impostos para alguns particulares e famílias. O PIB do 3º trimestre de 2017 nos EUA cresceu 3,2%. Este valor final foi alavancado pelo consumo (+2,2%). Em termos macroeconómicos a surpresa veio do mercado laboral, face à subida homóloga de 2,9% na remuneração média por hora, a maior subida desde 2009. Este dado demonstrou que a economia dos EUA está bastante sólida, o que levou a acreditar que a FED pudesse vir a subir a taxa de referência na próxima reunião (Março), algo que não era esperado anteriormente pelos mercados, possibilidade que, no entanto, tinha sido deixada em aberto na reunião de Janeiro da FED.

O mês de Fevereiro ficou marcado, essencialmente, pelo receio em torno da FED poder vir a subir a sua taxa de referência mais vezes do que o mercado esperava anteriormente. Outro tema foi a possibilidade de imposição de taxas aduaneiras nos EUA sobre o aço e o alumínio, dando assim início a uma guerra comercial. Na Europa foi revelado que a inflação na Zona Euro caiu 10bps para os 1,2%. Este cenário afastou a ideia de subida de taxas de juro por parte do BCE, pois a evolução da inflação tem sido a contrária do pretendido. Os dados preliminares indicaram um crescimento sequencial de 0,6% da economia da Zona Euro, confirmando as estimativas. Em termos homólogos, o crescimento foi de 2,7%. Nas actas do BCE verificou-se que, apesar de alguns dos seus membros quererem alterar a comunicação sobre a retirada de estímulos, concluiu-se que ainda era prematuro e não justificado. Em Portugal o BCP apresentou os resultados de 2017, onde o produto bancário cresceu 4,8%, para os € 2.197 milhões, com a margem

financeira a crescer 13% para os € 1,4 mil milhões e o resultado líquido totalizar € 186 milhões vs € 24 milhões em 2016. Foi revelado que o banco iria reintegrar o Stoxx 600, a partir de 16 de Março. Nos EUA foi conhecido o valor do PIB que confirmou o crescimento em cadeia a uma taxa anualizada de 2,5% no 4º trimestre de 2017, sem surpresas para o mercado. O novo Presidente da Fed, Jerome Powel, defendeu que a recente correção no mercado de ações e o aumento das taxas sobre a dívida pública dos EUA não deviam prejudicar o crescimento e que a economia continuava robusta, reforçando assim o compromisso na subida de taxas (esperados três aumentos em 2018). Os números de inflação vieram acima do previsto em Janeiro, 2,1% vs 1,9% esperados, o que provocou imediatamente uma reação negativa no mercado acionista, mas pouco duradoura.

O mês de Março ficou marcado, novamente, pelo receio em torno da guerra comercial entre a China e os EUA. Realizou-se também a reunião da FED e do BCE, o acordo sobre a formação do governo na Alemanha e as eleições em Itália. Em Portugal o destaque foi para o BCP que voltou a reintegrar o Stoxx 600, em 16 de Março. A F. Ramada substituiu a Novabase no PSI20, a em 19 de Março. A Jerónimo Martins viu o lucro ficar aquém do esperado e teve uma quebra da margem no trimestre em 20pbs, pressionada pelos negócios de retalho em Portugal. Os CTT viram os números de 2017 superarem as estimativas de mercado, considerando os dados recorrentes, tendo a empresa confirmado o dividendo de 38 cêntimos por ação. A Sonae está a analisar a possibilidade de listar um portefólio de retalho, prevendo manter uma participação maioritária na unidade. Na Europa, na reunião do BCE, foram as palavras de Mario Draghi a animar os investidores, ao ter revisto em alta as previsões económicas para este ano e em baixa a inflação para 2019, o que alimenta o ciclo de taxas de juro baixas por um período de tempo mais longo. Esta ideia saiu ainda mais reforçada quando foi conhecido o valor da inflação de Fevereiro que mostrou uma descida, de 1,3% para 1,1%, em sentido contrário ao pretendido pelo BCE. No rescaldo das eleições italianas, Matteo Salvini, líder do partido Liga, mostrou compromisso com a coligação de centro-direita, afastando a ideia de que poderia haver conversações dentro do Bloco Eurocético, o que acabou por ser bom para a Europa. Na Alemanha os militantes do SPD aprovaram (66% a favor) o acordo com a CDU e a CSU para a formação de uma coligação governativa, acabando assim o impasse que já durava há 6 meses. Nos EUA a Taxa de Desemprego manteve-se nos 4,1%. A inflação acelerou em Fevereiro, como era esperado, para os 2,2%. Os mercados reagiram negativamente ao anúncio do Presidente norte-americano, Donald Trump, de criação de taxas de 25% nas importações de aço e de 10% nas importações de alumínio, preocupados com a hipótese duma guerra comercial. Posteriormente, o Presidente norte-americano confirmou que vai impor taxas às importações chinesas, avaliadas em \$50 mil milhões. Trump pretende assim diminuir o défice comercial com a China. A China respondeu e diz que tem planeado um imposto de 25% para as importações norte-americanas, em produtos como a carne de porco e o alumínio reciclado, e 15% em produtos como o vinho e a fruta. Estes movimentos têm indiciado o início duma guerra comercial, algo que preocupou os mercados. No entanto, ambas as partes mostraram abertura para negociar. Na primeira reunião de Jerome Powell como presidente da FED, foi decidido a subida do intervalo da taxa de juro de referência em 25 pontos, para 1,50%-1,75%, como era esperado. Foi tornado publico o uso indevido por parte da Cambridge Analytica de informação de 87 milhões de perfis do Facebook. Surgiram rumores de que a Coreia do Norte estaria disposta a discutir com os EUA a possibilidade de abandonar o seu programa nuclear.

Abril ficou marcado pela tensão em torno da guerra comercial entre os EUA e a China e dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal a Mota-Engil revelou que, pela primeira em vinte anos, não vai pagar dividendo. A Teixeira Duarte vendeu a participação no Hospital de Cascais para reduzir passivo, operação que está dependente de autorização por parte do Estado Português, enquanto entidade concedente. Surgiram rumores de que a Altri estará interessada na compra da Lwarcel, empresa com capacidade para produzir 250 mil toneladas de pasta de papel (vs. 1,04 milhões de toneladas da Altri). O valor da transação está avaliado entre € 340 milhões e € 440 milhões, e que a Altice e a Prisa vão estender o prazo para concluir a venda da Media Capital de modo a que o regulador avalie a operação. A operação tem sido bastante criticada pelas telecoms a operar em Portugal. Na Europa assistimos à divulgação da inflação da Zona Euro que passou de 1,1% para 1,3%, mas, para além de ter sido menos do que o antecipado pelo valor preliminar (1,4%), continua bem abaixo do pretendido pelo BCE, provocando inclusivamente mais afastamento entre a série do IPC e a meta 2%/ano. O BCE manteve a taxa de referência inalterada, e continuação do programa de compra de ativos de € 30 mil milhões mensais até Setembro. O discurso do presidente do BCE focou riscos para o crescimento económico, ainda que sublinhando que a atividade na Zona Euro se mantém forte. A China anunciou que irá permitir a fabricantes de automóveis estrangeiros deterem mais de 50% de joint ventures com empresas chinesas, deixando cair uma restrição com duas décadas de existência. Boa notícia para as fabricantes que poderão expandir naquele que é o maior mercado automóvel do mundo. Nos EUA o tema de Abril foi a questão das tarifas comerciais à China pelos EUA. O início do mês ficou marcado pela resposta da China ao anunciar tarifas de até 25% sobre 128 produtos norte-americanos. Ao longo do mês houve uma redução da tensão em torno da guerra comercial após Donald Trump ter escrito na sua conta pessoal do Twitter que os EUA chegarão a acordo com a China. Posteriormente, também através do Twitter, assistiu-se ao reacender da tensão geopolítica entre EUA e Rússia, com Donald Trump a ameaçar a Síria, após um ataque com armas químicas numa região da Síria, algo que posteriormente se confirmou com o lançamento de mísseis sobre a região. A inflação de Março que ficou em linha com o esperado, 2,4%. Nas actas da FED entende-se que existe a possibilidade de existência de quatro subidas de juros nos EUA este ano. Os primeiros dados preliminares do PIB apontavam para uma taxa de expansão anualizada de 2,3% no 1º trimestre face ao último período de 2017, um ritmo superior aos 2% estimados, ainda que a denotar uma desaceleração face aos 2,9% registados no 4º trimestre de 2017. Ao longo do mês assistiu-se uma diminuição da tensão geopolítica com a Coreia do Norte, anunciou a suspensão dos testes nucleares e balísticos, bem como pelo encontro histórico entre os dois líderes coreanos, dando início a uma nova era no processo de paz.

O mês de Maio ficou marcado pela crise política em Itália e em Espanha, notícias em torno da cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, o programa nuclear iraniano e a guerra comercial os EUA com a China e a União Europeia. Em Portugal o CaixaBank informou que adquiriu a posição da Allianz de 8,425% no BPI por € 178 milhões. O banco espanhol passou assim a deter 92,935% do BPI e convocou uma Assembleia de Acionistas para propor a sua saída de bolsa. O banco avançou com uma proposta de compra pelas ações não detidas de € 1,45/ ação. A China Three Gorges avançou com uma proposta de compra das ações não detidas da EDP por € 3,26/ ação. O acionista chinês detém 23,27% do capital social da empresa e o objetivo é deter pelo menos 50%. A EDP Renováveis também será alvo da aquisição ao preço de € 7,33/ ação. A

Autoridade da Concorrência rejeitou os remédios, apresentados pela Altice, no âmbito da compra da Media Capital à Prisa. O regulador justificou que a operação não protegia os interesses dos consumidores, nem garantia a concorrência no mercado. Na Europa tivemos a divulgação do valor da inflação de Abril que mostrou uma redução ao passar de 1,3% para 1,2%, afastando-se assim ainda mais do pretendido pelo BCE, 2%. A política em Espanha e em Itália dominaram as atenções neste mês: incerteza em torno do governo italiano, o que causou muita volatilidade principalmente na Banca, que só ficou esclarecida quando o Presidente Sergio Mattarella deu luz verde à proposta do Movimento 5 Estrelas e da Liga para formarem Governo, liderado por Giuseppe Conte, em Espanha a moção foi aprovada a moção de censura sobre o governo Espanhol que resultou na queda do governo de Mariano Rajoy e na subida ao poder de uma coligação liderada pelo socialista Pedro Sanchez, onde se destaca o apoio do "Podemos" e dos partidos separatistas Catalães. Em causa estava a condenação de um caso de corrupção que envolve o PP. Nos EUA a FED manteve a taxa de referência inalterada, como o mercado esperava, mas ao realçar a melhoria económica e ao dar nota de que a inflação se moveu para a meta dos 2% levantou as expectativas dos investidores na possibilidade da FED poderá ser mais agressivo na subida de juros. A inflação revelou uma subida de 2,4% para 2,5% em Abril, aumentando as expectativas sobre quatro aumentos de taxa, da FED em 2018. O Presidente norte-americano anunciou ainda que os EUA iriam abandonar o acordo sobre o programa nuclear iraniano, com proposta de sanções contra o Irão. A Alemanha, a França e o Reino Unido lamentaram a decisão dos EUA. O petróleo reagiu em alta com o barril de crude a negociar novamente acima dos \$70. A Coreia do Norte anulou o encontro com a Coreia do Sul devido aos exercícios militares conjuntos entre esta e os EUA. Os EUA, na altura, disseram que continuavam a trabalhar na preparação do encontro uma vez que não foram notificados da não realização da cimeira. No final do mês o tema da guerra comercial, regressou com a administração de Trump a anunciar a imposição de taxas às importações de aço e alumínio provenientes da União Europeia, Canadá e México, com efeitos a partir de 1 de Junho. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, reagiu de imediato, referindo que vai contestar a medida junto da OMC e prometeu retaliação da Europa. O México também manifestou a intenção de avançar com medidas, impondo taxas na ordem dos \$16,6 mil milhões. Em relação à China o Presidente norte-americano afirmou que levará adiante a imposição de tarifas de 25% sobre produtos chineses, avaliados em \$50 mil milhões. A lista de produtos a serem alvo foi divulgada no dia 15 de Junho.

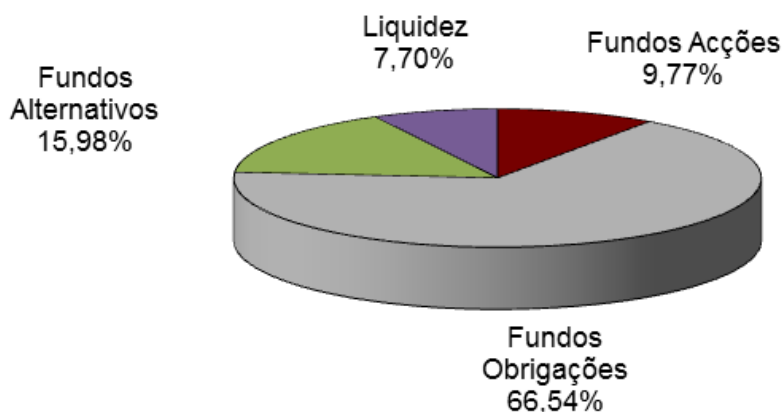
Junho ficou marcado pela escalada da guerra comercial entre a China e os EUA, as reuniões do BCE e da FED, a política de imigração na Europa e pelos dados macroeconómicos nos dois lados do Atlântico. Em Portugal o Conselho de Administração Executivo da EDP recusou a proposta da China Three Gorges por considerar que o preço oferecido (€ 3,26 por ação) não reflete adequadamente o valor da empresa. A Prisa deu como terminado o acordo para a venda da Media Capital à Altice, decisão que já se espera depois do regulador português ter chumbado a operação e a Altice não ter mostrado disponibilidade para apresentar novos remédios. Surgiram rumores de que a Jerónimo Martins terá apresentado a melhor proposta pela cadeia de lojas Piotr i Pawel, na Polónia, superando a oferta da rival Auchan, empresa que terá cerca de 140 lojas na Polónia. Na Europa, o PIB do 1º trimestre confirmou que a economia da Zona Euro se expandiu apenas 0,4% em cadeia nos primeiros três meses do ano. A inflação na Zona Euro aumentou em Maio, passando de 1,3% para 1,9%, tal como se esperava, devido à subida dos custos energéticos (+6,1% em

termos homólogos). O Banco Central Europeu comunicou ao Mercado que o programa de compra de dívida pública será estendido até ao final de 2018, três meses além do que estava inicialmente planeado - Setembro de 2018. No entanto, a partir do próximo mês de Outubro, o BCE irá baixar o volume mensal de compra de ativos de € 30 mil milhões para € 15 mil milhões. O BCE comunicou também que irá manter as suas taxas de referência inalteradas até pelo menos Junho de 2019. Os líderes europeus chegaram a um acordo sobre a política de migrações. Serão criados centros, em território comunitário, para acolher migrantes resgatados, sendo feita a distinção entre aqueles que são económicos (e que regressam ao país de origem) e os que precisam de proteção internacional. Outra novidade prende-se com a criação de plataformas regionais de desembarque, fora da Europa, para onde serão levados os migrantes. Foi acordado ainda reforçar as fronteiras externas à União Europeia e aumentar o financiamento à Turquia, Marrocos e outros países do norte de África. Nos EUA a 3ª estimativa do PIB norte-americano registou uma taxa anualizada de 2%, ritmo inferior aos 2,2% divulgados pela 2ª estimativa e que compara com os 2,9% no 4º trimestre. A rubrica do consumo privado foi revista em baixa, de um crescimento de 1% para os 0,9%, naquela que é a taxa de crescimento mais baixa desde o 2º trimestre de 2013. A inflação aumentou em Maio, de 2,6% para 2,8%, valor em linha com o previsto. A Fed aumentou a taxa de juro de referência em 25 pontos base para o intervalo 1,75%-2%. Foi a segunda subida este ano, tendo a Reserva Federal sinalizado a possibilidade de termos quatro aumentos em 2018, mais um do que o que estava previsto no início do ano. O facto da inflação prevista se situar nos 2,1%, aliado à robustez económica, ajuda a justificar estas subidas. Relativamente à cimeira entre os EUA e a Coreia do Norte, tanto Donald Trump como Kim Jong Un assinaram a carta conjunta após o encontro e afirmaram que a reunião correu acima das expectativas. Assistiu-se ao regresso da guerra comercial entre os EUA e a China, com Trump a confirmar \$50 mil milhões de tarifas à China. Um porta-voz do governo Chinês afirmou que não quer alimentar uma guerra comercial e que não concorda com a posição da Casa branca, mas tendo em conta a situação será forçada a retaliar de forma firme. Posteriormente os EUA ameaçaram a imposição de uma tarifa de 10% às importações chinesas, avaliadas em \$200 mil milhões, com o intuito de encorajar a China a mudar as suas práticas injustas e de abrir o seu mercado aos bens norte-americanos. A China ameaçou responder da mesma moeda aos EUA. Na reunião dos G7, o tema mais divergente foi a questão das tarifas que os EUA aplicaram recentemente aos seus parceiros.

Actividade do Fundo

O Popular Global 5 iniciou a sua actividade em Março de 2017 e é Fundo de Fundos Misto de Obrigações, que investe predominantemente em fundos de obrigações e outros fundos com baixa volatilidade. Com um perfil de risco mais conservador que o Popular Global 25, o Fundo investe nos melhores fundos internacionais, conjugando uma diversificação regional e sectorial a uma baixa volatilidade. O Fundo Popular Global 5 aplica no mínimo 60% do seu património em fundos de obrigações e no máximo 15% em fundos de acções.

A 30 de Junho de 2018, a composição do Fundo apresentava-se repartida da seguinte forma:



Volume sob Gestão, Nº Up´s em circulação e valor da UP

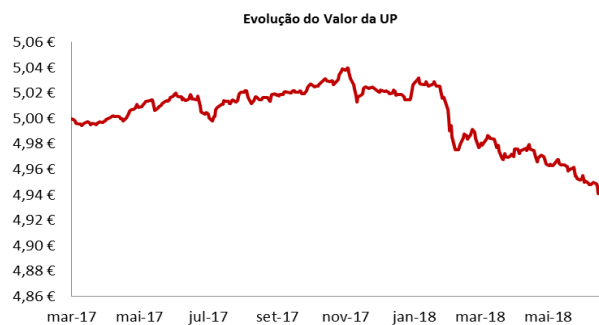
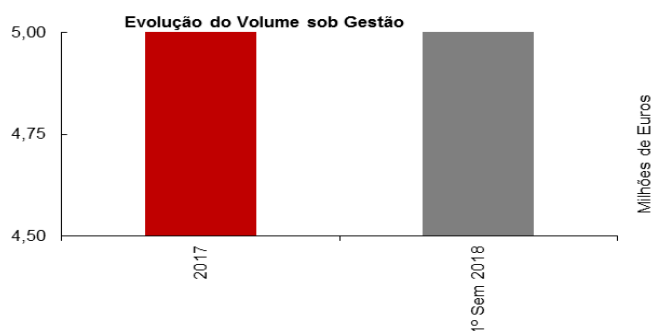
No primeiro semestre de 2018, o património líquido do Fundo era de cerca de 5,03 milhões de Euros. O número de participantes a 30 de Junho de 2018 era de 112.

O quadro seguinte apresenta o volume sob gestão, o número de unidades de participação e o respectivo valor unitário, correspondente ao final de cada período considerado.

Final	Volume sob Gestão €	Nº. Ups	Valor UP €
1º Sem 2018	5.031.022	1.021.767,96	4,9238
2017	5.717.872	1.140.230,79	5,0147

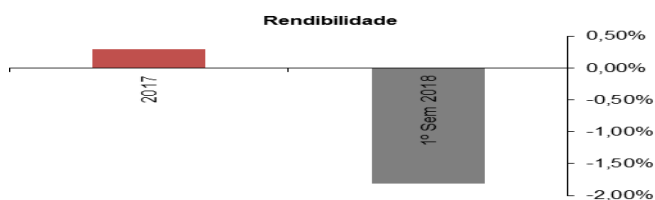
O valor unitário final da unidade de participação a 30 de Junho de 2018 foi 4,9238 euros.

Nos gráficos seguintes poderá ser observada a evolução do valor da UP e a evolução do Volume sob Gestão:



Rendibilidade¹ e Risco

A evolução da rendibilidade do Fundo, por ano civil, desde a sua criação, foi a que a seguir se indica. O valor da UP utilizado para o cálculo das rendibilidades corresponde ao valor divulgado no último dia útil dos períodos mencionados.



Ano	Rendibilidade	Risco
1º Sem 2018	-1,81%	2
2017	0,29%	2

As rendibilidades apresentadas correspondem à rendibilidade efectiva do Fundo em cada período, e são líquidas de comissão de subscrição, uma vez que é nula. Quanto à comissão de resgate, esta é variável (0% a 2%) e decrescente com o prazo decorrido entre a data de subscrição e a data do resgate, sendo nula para períodos superiores a 181 dias.

Toda a informação relativa ao Fundo encontra-se nos respectivos prospectos, os quais se encontram disponíveis nos locais de comercialização do Fundo (balcões do Santander Totta (antigos balcões do Banco Popular) e site do Santander Totta (para clientes antigos do Banco Popular) e no site da CMVM..

Para um participante, estas rendibilidades, só seriam obtidas, se o investimento fosse efectuado durante a totalidade do período de referência.

Factos relevantes ocorridos durante o exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Evolução previsível da actividade do Fundo

Para o 2º Semestre de 2018, a evolução dos mercados vai depender de como a Guerra Comercial dos EUA com a China e com a Europa possa evoluir. Há dois cenários possíveis: ou se intensifica com mais tarifas entre as partes e como consequência devemos ter uma quebra no crescimento mundial, pois este escalar de “agressividade” não só prejudica ambas as partes, como é uma enorme barreira para esse crescimento. Contudo estimamos que o crescimento possa ainda vir a ter uma evolução positiva, embora inferior ao que se previa no início de 2018, uma vez que as previsões não contemplavam esta questão. Além deste grande

¹ As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que variava entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo) até 2012. Em 2013, em virtude da alteração do RJOIC, o nível de risco passou a variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo), pelo que os valores apresentados no quadro não são comparáveis entre o ano de 2013 e os anteriores.

tema que é transversal aos principais blocos económicos mundiais, há questões internas de cada região que têm o seu impacto específico. Na Europa o tema dos imigrantes provenientes do continente africano será um grande teste para se constatar o quanto a Europa está unida para resolver esta questão, bem como o estado em que se encontram as relações entre os diversos países membros. Em termos de política monetária o Banco Central Europeu indicou que o plano de apoio terminará em Dezembro de 2018 e que uma subida de taxas só ocorrerá depois do verão de 2019. Não deixa de ser um bom indicador, sobre as perspectivas que a instituição tem sobre a evolução da economia da região. Nos Estados Unidos da América continuamos a prever a continuação do crescimento económico, assim como a subida da inflação, para valores próximos do objectivo da FED que teve já duas subidas da sua taxa de referência em 2018, bem como a manutenção da taxa de desemprego em valores próximos dos actuais. O principal risco de aquecimento, por nós antecipado, continuará a ser político, nomeadamente com Donald Trump e o seu plano de investimento em infraestruturas e a liberalização do ambiente regulatório e do lado dum eventual arrefecimento da economia norte-americana. Há também o risco também é político, ou seja, uma escalada na guerra comercial e no aumento de tarifas entre os EUA, China e União Europeia. Na China mantemos a nossa visão de início de ano em que prevíamos a tendência de abrandamento do crescimento económico com uma inflação baixa e estável, dinâmica esta proveniente da redução do investimento público e da impacto negativo do sector imobiliário. O principal risco interno na China continua a ser o elevado peso da dívida, considerando o total de dívida privada (maior) e pública (menor), que superam os 250% do seu PIB.

Custos e Proveitos do Fundo

No quadro seguinte estão indicados os custos e proveitos do Fundo, bem como as principais rubricas de comissões, com referência a 30 de Junho de 2018:

	Euros	
	2017	1º Sem 2018
Custos	81.597	166.207
Proveitos	92.722	68.923
Comissão suportada pela OIC		
Comissão de Gestão	18.346	13.484
Comissão de Depósito	7.826	5.393
Comissão Carteira Títulos	-	-
Taxa de Supervisão	900	700

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património em 30 de Junho de 2018:

	Montante (euros)
Valores Mobiliários	4.643.714
Saldos Bancários	355.663
Outros Activos	285.059
Total Activos	5.284.436
Passivo	253.414
Valor líquido do Inventário	5.031.022

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração dos activos por % do Activo em 30 de Junho de 2018:

Nome	ISIN	Montante	% Act liquido
SISF EUR CP BD C ACC	LU0113258742	224.277,60	4,46%
THREADNEEDLE-GL E MK	LU0329574395	208.244,80	4,14%
DWS CONC KALDEMORGEI	LU0599947271	152.775,00	3,04%
JUPITER STR TOT RET	LU0522254340	102.004,80	2,03%
JUPITER DYNAMIC BOND	LU0853555893	218.202,74	4,34%
FF AMER FD Y ACC EUR	LU0963540371	96.952,40	1,93%
PICTET EUR ST HY EUR	LU0726357444	265.272,10	5,27%
PICTET ST EC BD EUR	LU1055198771	207.314,64	4,12%
JPM PAC EQTY-A EUR	LU0217390573	38.373,84	0,76%
PIONEER ABS RT MS	LU0363630707	165.782,24	3,30%
JPM F-EUR DY-I-A	LU0248045857	148.400,00	2,95%
NRD DANSH MRT BD FD	LU0832976624	0,00	0,00%
NRD LD US HY BD FD	LU0602536764	159.516,90	3,17%
THR CREDIT OPP FD	GB00B3D8PZ13	265.432,02	5,28%
THR AMER ABS ALPH FD	LU0515764628	53.055,12	1,05%
AXA EURO CRD SHRT-D	LU0227127643	325.121,25	6,46%
AXA IM FIIS-US SHDUR	LU0194346564	103.491,57	2,06%
AMUNDI GLB MAC FOREX	LU0568619638	173.165,73	3,44%
AMUNDI BD EUR H-Y ST	LU0907330798	261.199,52	5,19%
SALAR FUND PLC	IE00B520F527	255.173,76	5,07%
GAM MBS TOTAL RETURN	IE00BQZHS253	213.475,94	4,24%
ARTEMIS US ABS RET	GB00BMMV5M10	54.303,23	1,08%
LGF EUROP STR EQ FD	IE00BYXV8M50	52.155,35	1,04%
RLTF - GLBL BD TT RT	LU0419186167	221.178,26	4,40%
PERMAL ALT INC STRAT	IE00BYZ64977	77.752,50	1,55%
MIRABAUD GLB STR BD	LU0963987432	260.943,12	5,19%
M&G LUX EUR INF CEUR	LU1582984222	48.455,42	0,96%
EPSILON EMRG BD T-RT	LU0365358570	159.043,50	3,16%
JPM GL MAC-C EUR HD	LU0917670746	132.650,00	2,64%

Composição discriminada da carteira do Fundo:

A composição discriminada da carteira encontra-se na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de Agosto de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2018

CÓDIGO	ATIVO	30.06.2018			CÓDIGO	PASSIVO	30.06.2017	
		ATIVO BRUTO	MAIS-VALIAS	MENOS-VALIAS E PROVISÕES			ACTIVO LIQUIDO	
24	CARTERA DE TÍTULOS Unidades de Participação	4.684.256	9.722	50.264	61	Unidades de Participação	5.108.840	4.967.310
	TOTAL DA CARTERA DE TÍTULOS	4.684.256	9.722	50.264	62	Variações Patrimoniais	8.341	2.741
					64	Resultados Transiados	11.125	-
	TERCEIROS Contas de Devedores	285.059	-	-	65	Resultados Distribuídos	-	-
418	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	285.059	0	0	66	Resultados Líquidos do Período	- 97.284	2.336
						TOTAL DO CAPITAL DO OIC	5.031.022	4.972.387
	DISPONIBILIDADES Depósitos à Ordem	355.663	-	-	481	PROVISÕES ACUMULADAS Provisões para Encargos	-	-
12	Depósitos a prazo e com Pré-Aviso	-	-	-		TOTAL DAS PROVISÕES ACUMULADAS	0	0
13	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	355.663	-	-		TERCEIROS Resgates a Pagar	-	-
					421	Comissões a Pagar	3.009	2.899
					423	Outras Contas de Credores	248.867	519
					42,4+429	TOTAL DOS VALORES A PAGAR	251.876	3.418
51	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS Acréscimos de Provelhos	-	-	-	55	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS Acréscimos de Custos	1.538	1.173
52	Despesas com Custo Diferido	-	-	-	56	Recalcul com Provelho Diferido	-	-
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-	-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	0	0	0		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	1.538	1.173
	TOTAL DO ACTIVO	5.324.978	9.722	50.264		TOTAL DO CAPITAL EPASSIVO	5.284.436	4.976.978
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação					Valor Unitário da Unidade de Participação	4,9238	5,0051

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS	30.06.2018	30.06.2017	CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS	30.06.2018	30.06.2017
711	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
712	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS		
	De Operações Correntes	-	-	812	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	-	-
	Operações Extrapatrimoniais	-	-	811	Outros, de Operações Correntes	-	-
	COMISSÕES E TAXAS			819	Operações Extrapatrimoniais	-	-
722	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	-	-		RENDIMENTO DE TÍTULOS		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	19 577	6 930	822	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	19	-
732+733	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
739	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	143 738	9 375	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	66 933	20 346
	Operações Extrapatrimoniais	-	-	839	Operações Extrapatrimoniais	-	-
	IMPOSTOS				REPOS. E ANULAÇÃO PROVISÕES		
7411+7412	Imposto Sobre o Rendimento	-	-	851	De Provisões p/ Encargos	-	-
7412+7422	Impostos Indirectos	1 354	632		OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
751	PROVISÕES DO EXERCÍCIO			87	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	1 971	100
77	Provisões para encargos	-	-		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	97 284	0
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES				TOTAL	166 207	20 446
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	166 207	18 110		Resultados Eventuais	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	- 95 930	2 968
	TOTAL	0	2 336		Resultado Líquido do Período	- 97 284	2 336
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	- 76 786	10 971				
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	-	-				
	Resultados Correntes	- 97 284	2 336				

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO em 30 de JUNHO DE 2018
(em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30/06/2018	30/06/2017
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	162 632	4 975 054
Subscrição de unidades de participação	162 632	4 975 054
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 752 199	- 5 003
Resgates de unidades de participação	- 752 199	- 5 003
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	- 589 567	4 970 051
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	1 028 538	100
Venda de títulos e outros activos	1 027 633	0
Resgates de unidades de participação	886	100
Rendimento Títulos e Outros Activos	19	0
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 236 479	-4 282 697
Compra de títulos e outros activos	- 235 779	-4 282 497
Outras taxas e comissões	- 700	- 200
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos	792 059	-4 282 597
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
<i>RECEBIMENTOS:</i>	1 085	0
Outros recebimentos correntes	1 085	0
<i>PAGAMENTOS:</i>	- 22 343	- 3 955
Comissão de gestão	- 13 841	- 2 395
Comissão de depósito	- 5 536	- 1 446
Impostos e taxas	- 1 428	- 114
Outros pagamentos correntes	- 1 538	0
Fluxo das operações de gestão corrente	- 21 258	- 3 955
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)	181 234	683 499
Disponibilidades no início do período (B)	174 429	0
Disponibilidades no fim do período (C)=(B)+/(A)	355 663	683 499

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em euros)

INTRODUÇÃO

A constituição do Fundo de Investimento Mobiliário POPULAR GLOBAL 5 foi autorizada por deliberação do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em 21 de Outubro de 2016, tendo iniciado a sua actividade em 3 de Março de 2017 como um fundo de fundos, constituído por tempo indeterminado.

O objectivo do fundo é obter valor acrescentado através do investimento maioritário em outros OIC's, seleccionados pela Sociedade Gestora e que pelas suas características permitam uma diversificação geográfica e sectorial adequadas a esse objectivo.

Na prossecução do objectivo do Fundo enquanto fundo de fundos o seu património será composto por unidades de participação de fundos de investimento nacionais e internacionais, incluindo unidades de participação de fundos geridos pela própria Sociedade Gestora.

O Fundo apresenta alguma propensão ao risco, estando a valorização do Fundo naturalmente sujeita à evolução das cotações dos activos em que investe, como tal, o fundo é adequado a investidores com alguma tendência ao risco, e para aplicações superiores a um ano.

O investimento em fundos de obrigações representa no mínimo 60% do valor líquido global do Fundo, paralelamente o Fundo investe no máximo 15% do seu valor líquido global em fundos de acções.

Os mercados onde as aplicações são realizadas são os mercados de origem dos próprios fundos participados, de acordo com a política de investimento de cada um.

O Fundo, adiante designado OIC, é administrado, gerido e representado pela POPULAR GESTÃO DE ACTIVOS, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., sendo as funções de banco depositário exercidas pelo Banco Santander Totta, S.A.. Em 27 de Dezembro de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à aquisição e fusão com o Banco Popular Portugal, S.A. O Banco Popular Portugal deixa de existir enquanto entidade jurídica, sendo todos os seus direitos e obrigações transferidos para o Banco Santander Totta, S.A.

Para a Popular Gestão de Activos, S.A. esta medida não implica qualquer alteração na actividade, que continua a operar como até agora, mas integrados num novo grupo bancário.

A actividade do Fundo encontra-se regulamentada pela Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro, o regime geral dos organismos de investimento colectivo.

As notas às contas respeitam a numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, pelo que os números não identificados neste Anexo não têm aplicação por inexistência de situações a reportar.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, processados de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários através do regulamento nº06/2013.

O regulamento nº 1/2013 veio introduzir o reconhecimento do montante de imposto diferido passivo incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias potenciais geradas a partir de 1 de Abril de 2013 pela carteira de títulos. Até à data de introdução desta alteração, apenas era registado o montante de imposto apurado incidente sobre o saldo positivo entre as mais e menos-valias efectivas, quando não isentas de imposto (ver nota i)).

Com as alterações ao regime fiscal dos organismos de investimento colectivo previsto no Decreto-Lei nº 7/2015, o impacto fiscal sobre o saldo positivo das mais e menos-valias apurado até 31 de Março de 2013 foi considerado no âmbito do apuramento do imposto a efectuar, com referência a 30 de Junho de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Aplicações em títulos

Os títulos são registados pelo respectivo valor de aquisição sendo valorizados, de acordo com as regras estabelecidas no prospecto completo do Fundo, que têm por base o disposto no Regulamento nº 15/2003 da CMVM.

Com excepção dos meios líquidos necessários para fazer face à actividade normal de resgates e a uma gestão adequada do Fundo, as aplicações de um Fundo de Fundos concentram-se exclusivamente em unidades de participação de outros fundos de investimento mobiliário, nacionais e estrangeiros, que se encontram valorizadas de acordo com o último valor disponível e divulgado dos mesmos.

As mais e menos-valias assim apuradas são registadas nas rubricas de mais e menos-valias no activo a acrescer e a deduzir, respectivamente, ao valor bruto da carteira de títulos por contrapartida de resultados.

Os valores relativos a operações de compra e venda de títulos realizadas, mas cuja liquidação ainda não ocorreu à data do balanço, encontram-se registados nas rubricas de Contas de devedores, do Activo, e Outras contas de credores, do Passivo.

Na venda de títulos, o método utilizado no custeio das saídas é o FIFO, independentemente da sua natureza.

c) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base nos câmbios indicativos à vista divulgados pelo Banco Central Europeu, vulgarmente designados por “fixing”. As diferenças de câmbio assim apuradas são registadas em resultados.

No que se refere às operações cambiais a prazo, a valorização é feita comparando o câmbio da transacção com o câmbio diário “forward” para o prazo remanescente.

d) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor líquido global do património do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do OIC, nomeadamente, unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate face ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate.

e) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,5% sobre o valor patrimonial do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”, sendo a sua liquidação efectuada mensalmente.

f) Comissão de depositário

A comissão de depositário corresponde à remuneração do Banco Popular Portugal, S.A., pelo exercício dos seus serviços de banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,2% sobre o valor do património líquido do OIC. Este custo é registado na rubrica “Comissões”. A comissão é cobrada mensal e postecipadamente.

g) Taxa de supervisão

É devido à CMVM uma taxa de supervisão, calculada por aplicação da taxa de 0,0012 % ao mês sobre o património líquido do fundo. Este custo é registado na rubrica “Comissões”.

h) Outros encargos

Os encargos fiscais e legais, bem como os custos de auditoria obrigatórios são pagos pelo Fundo, que suportará igualmente a taxa de supervisão à CMVM, liquidada mensal e postecipadamente, calculada sobre o valor líquido global do Fundo, correspondente ao último dia do mês e as despesas relativas à compra, venda e outras operações de activos por conta do Fundo.

i) Impostos sobre o Rendimento

O Decreto-Lei n.º 7/2015 procedeu à reforma do regime de tributação dos OIC – Organismos de Investimento Colectivo.

À semelhança do regime de tributação aplicável às sociedades, sobre o lucro tributável apurado pelos OIC incide a taxa geral de IRC (actualmente 21%). Para efeitos de apuramento do lucro tributável, não são considerados os rendimentos de capitais, rendimentos prediais e mais-valias (exceto se provenientes de jurisdição sujeita a regime fiscal claramente mais favorável), assim como os gastos ligados àqueles rendimentos.

Os prejuízos fiscais apurados pelos OIC são reportáveis por 5 anos com o limite de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício. Os OIC encontram-se isentos de derrama municipal e de derrama estadual, sendo-lhes no entanto aplicáveis as regras de tributação autónoma previstas no Código do IRC.

Com o novo regime, passa a incidir Imposto do Selo sobre o valor líquido global dos OIC, trimestralmente, à taxa de:

- 0,0025% - para os OIC que invistam, exclusivamente, em instrumentos do mercado monetário e depósitos;
- 0,0125% - para os outros OIC.

Os rendimentos resultantes da distribuição ou resgate são sujeitos a retenção na fonte, podendo esta não ser aplicada em função da natureza do participante ou da sua residência fiscal.

- Regime transitório

O regime de tributação dos OIC consagra um regime transitório.

As mais-valias e menos-valias de elementos patrimoniais adquiridos na vigência do regime anterior foram apuradas e tributadas de acordo com as regras do anterior regime, em que era tributada em 25% a diferença entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada ano, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado a 30 de Junho de 2015 e entregue o imposto através da Declaração Modelo 22 do ano em que os elementos patrimoniais sejam realizados. A diferença entre o valor de realização e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 é isenta de IRC.

NOTA 1 – SALDOS E MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL DO OIC

Quadro 1 – Número de unidades de participação emitidas, resgatadas e em circulação no 1º semestre de 2018. Valor líquido global do OIC e da unidade de participação no primeiro semestre de 2018, bem como dos factos geradores das variações ocorridas.

	31.12.2017	Subscr.	Resgates	Dist. res.	Outros	Res. Per.	30.06.2018
Valor base	5 701 154	162 565	754 879	-	-	-	5 108 840
Diferença p/ Valor base	5 593	68	- 2 680	-	-	-	8 341
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	0
Resultados acumulados	-	-	-	-	11 125	-	11 125
Resultados do exercício	11 125	-	-	-	- 11 125	- 97 284	- 97 284
Soma	5 717 872	162 633	752 199	0	0	- 97 284	5 031 022
Nº unidades participação	1 140 231	32 513	150 976				1 021 768
Valor unidade participação	5,0147	5,0021	4,9822				4,9238

Quadro 2 – Número de participantes por escalão

ESCALÕES	Nº
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	1
5% ≤ UPs < 10%	2
2% ≤ UPs < 5%	6
0,5% ≤ UPs < 2%	26
UPs < 0,5%	77

Quadro 3 – Evolução do valor da unidade de participação, do valor global e do número de UP's em circulação do OIC nos últimos exercícios.

Anos	VLGF	Valor da UP	Nº de U.Ps em Circulação
2018			
Março	5 494 683	4,9696	1 105 622
Junho	5 031 022	4,9238	1 021 768
2017			
Março	2 725 595	4,9974	545 408
Junho	4 972 387	5,0051	993 462
Setembro	5 874 945	5,0195	1 170 431
Dezembro	5 717 872	5,0147	1 140 231

NOTA 3 – INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO OIC						
<i>OIC domiciliados Estado-membro U.E.</i>	4 684 256	9 722	50 264	4 643 714	0	4 643 714
SISF EUR CP BD C ACC	221 065	3 213	-	224 278	-	224 278
THREADNEEDLE-GL E MK	214 739	-	6 494	208 245	-	208 245
DWS CONC KALDEMORGEN	154 249	-	1 474	152 775	-	152 775
JUPITER STR TOT RET	104 968	-	2 963	102 005	-	102 005
JUPITER DYNAMIC BOND	221 812	-	3 610	218 202	-	218 202
FF AMER FD Y ACC EUR	100 147	-	3 195	96 952	-	96 952
PICTET EUR ST HY EUR	264 990	283	-	265 273	-	265 273
PICTET ST EC BD EUR	211 442	-	4 128	207 314	-	207 314
JPM PAC EQTY-A EUR	34 386	3 987	-	38 373	-	38 373
PIONEER ABS RT MS	165 104	678	-	165 782	-	165 782
JPM GL MAC-C EUR HD	135 632	-	2 982	132 650	-	132 650
JPM F-EUR DY-I-A	148 400	-	-	148 400	-	148 400
NRD LD US HY BD FD	161 325	-	1 808	159 517	-	159 517
THR CREDIT OPP FD	265 930	-	498	265 432	-	265 432
THR AMER ABS ALPH FD	53 377	-	321	53 056	-	53 056
AXA EURO CRD SHRT-D	326 019	-	897	325 122	-	325 122
AXA IM FIIS-US SHDUR	104 680	-	1 188	103 492	-	103 492
AMUNDI GLB MAC FOREX	175 244	-	2 078	173 166	-	173 166
AMUNDI BD EUR H-Y ST	260 700	500	-	261 200	-	261 200
SALAR FUND PLC	258 297	-	3 123	255 174	-	255 174
GAM MBS TOTAL RETURN	212 691	785	-	213 476	-	213 476
ARTEMIS US ABS RET	54 038	265	-	54 303	-	54 303
LGF EUROP STR EQ FD	52 144	11	-	52 155	-	52 155
RLTF - GLBL BD TT RT	225 292	-	4 114	221 178	-	221 178
PERMAL ALT INC STRAT	79 785	-	2 033	77 752	-	77 752
MIRABAUD GLB STR BD	266 655	-	5 712	260 943	-	260 943
M&G LUX EUR INF CEUR	48 764	-	308	48 456	-	48 456
EPSILON EMRG BD T-RT	162 381	-	3 338	159 043	-	159 043
Total	4 684 256	9 722	50 264	4 643 714	0	4 643 714

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO OIC

Contas	31.12.2017	30.06.2018
Depósitos à ordem	174 429	355 663
Total	174 429	355 663

NOTA 4 – CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

Os critérios utilizados na valorização dos activos integrantes da carteira do Fundo encontram-se explicitados no capítulo “Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas” deste Anexo.

Durante o período não foram utilizados critérios diferentes dos previstos no prospecto do Fundo.

NOTA 15 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AO OIC NO PERÍODO

Custos	Valor	% VLG⁽¹⁾
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	13 484	0,2482%
<i>Componente Variável</i>	-	-
Comissão de Depósito	5 393	0,0993%
Taxa de Supervisão	700	0,0129%
Custos de Auditoria	1 538	0,0283%
Outros Custos	-	-
Total	21 115	
Taxa Global de Custos (TGC)		0,3886%

(1) Média relativa ao período de referência

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 88% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.	Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e

emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2017 e 2018.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 27 de agosto de 2018.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 27 de agosto de 2018



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)